

OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E SUAS MANIFESTAÇÕES CONCRETAS NO BRASIL E NO RECIFE: SÍNTESE RETROSPECTIVA¹

Augusto Antonio Campelo CABRAL²

Alcindo José de SÁ³

RESUMO

Este artigo apresenta uma síntese retrospectiva dos chamados movimentos sociais urbanos ocorridos no Brasil. Tem como objetivo principal mostrar de forma bastante resumida como se deu alguns momentos desses eventos na América Latina, particularmente, no Brasil e Recife, e sua importância para as classes menos favorecidas. Trata-se de uma revisão bibliográfica que toma por base as obras de Santos (1997); Andrade (1984); Ammann (1991); Castells (1983); Raffestin (1993); Evers et al. (1985); Moisés (1977, 1985); Gohn (1982, 1985, 2001); ETAPAS (1988, 1989); Cabral (2004); Leal (2003) e Santos (2008), entre outras. Procura-se estruturar em duas partes, a saber: na primeira parte, abordam as causas que levam a formação dos momentos sociais. Na segunda parte, são apresentados os movimentos sociais urbanos de caráter reivindicatórios ocorridos na América Latina, no Brasil e na cidade do Recife (alguns exemplos). As duas perspectivas exibem porque e como constituíram os movimentos sociais, particularmente, os de caráter urbanos reivindicatórios.

Palavras-chave: Movimentos sociais, síntese retrospectiva, movimentos sociais urbanos reivindicatórios, América Latina.

ABSTRACT

This paper is a retrospective synthesis of urban social movements occurred in Brazil. It aims to show a summary of some these movements in the Latin America, particularly, in Brazil and Recife, and its importance for less favored classes. It is a bibliographic review that uses the works of Santos (1997); Andrade (1984); Ammann (1991); Castells (1983); Raffestin (1993); Evers et al. (1985); Moisés (1977, 1985); Gohn (1982, 1985, 2001); ETAPAS (1988, 1989); Cabral (2004); Leal (2003) and Santos (2008), among others. It is tried to structure in two parts, knowing: in the first part, focusing the causes that take the formation of social moments. In the second part, the reivindicatory actions of social urban movements that taken place in Latin America, in Brazil and in Recife City (some examples). Two perspectives show why and how those characters constituted social movements, particularly, reivindicatory urbane actions.

Key words: Social movements, retrospective synthesis, reivindicatory actions of social urbane movements, Latin America.

¹ Referem-se ao “velho” movimento (da fase populista) e “novo” movimento (surgido na década de 70); não serão abordados os “novíssimos” movimentos sociais hoje existentes (surgidos nos anos 90). Este artigo faz parte do material de nossa pesquisa de doutorado ainda insipiente.

² Professor da rede estadual de Pernambuco. E-mail: acampelocabral@uol.com.br.

³ Prof. Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE. E-mail: alcindo-sa@uol.com.br.
Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009

“Essa cova em que estás,
com palmos medidas,
é a conta menor
que tiraste em vida.
— é de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.”⁴

1. INTRODUÇÃO

Nas diversas conjunturas históricas tem ocorrido à necessidade da população em geral e da população de baixa renda em particular, de lutar pela sobrevivência e pelas necessidades humanas básicas. Isso tem levado essa população a mobilizações organizadas e às vezes desorganizadas ou a formação de movimentos sociais urbanos de caráter reivindicatórios em diversas sociedades ou setores destas.

Nesse sentido, o nosso objetivo aqui, não é fazer um inventário enciclopédico da história dos movimentos sociais (urbanos), apenas mostrar de forma bastante resumida alguns momentos desse processo no Brasil e na cidade do Recife-PE; e sua importância para as camadas menos favorecidas. No entanto, alertamos que não abordaremos os “novíssimos movimentos sociais” que surgiram a partir dos anos 90.

O referido artigo está estruturado em duas partes. A primeira versa sobre a história dos movimentos sociais em uma perspectiva do que sejam tais movimentos. Em um segundo momento nos restringiremos a alguns exemplos dos movimentos sociais urbanos reivindicatórios ocorridos na América Latina, no Brasil e na Cidade do Recife. Os momentos serão contextualizados em uma perspectiva diacrônica.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS

Vários são os pesquisadores que estudam esse fenômeno social, das mais diferentes posições teóricas e ideológicas. Entretanto, parecem concordar em um ponto comum: os movimentos sociais só passaram a surgir na história da humanidade quando do aparecimento das desigualdades entre os seres humanos, desigualdades essas, matérias, mando e de poder, como veremos em Beer, Hofmann, Gohn, Mutzenberg e Ammann, entre outros.

Os movimentos sociais de modo geral existem desde muitos séculos. Beer, usando a denominação de lutas sociais narra sua existência na mais remota Antiguidade e,

⁴ Melo Neto (1994). Morte e vida Severina e outros poemas para. Vozes, p. 41-42.
Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009

atravessando guerras e conflitos que marcaram a vida dos povos, passando pelos tempos modernos chega à época Contemporânea (década de 1920, do século passado)⁵.

Hofmann (1984, p.11) afirma que “todo o pensamento do movimento social [contemporâneo] encontra a sua origem nas grandes idéias da Filosofia do Iluminismo.” Para ele é “pela primeira vez na história do mundo, o Iluminismo traçou a imagem de uma humanidade libertada.” Isto faz com que o homem coevo crie e realize as suas utopias ou busque realizá-la. E continua Hofmann (*Ibidem*, p.11), “*o que constituiu uma esperança para o Iluminismo, passou a constituir para o movimento social um programa ainda não cumprido e passível de ser realizado.*”⁶

Para Gohn (1982, p.19):

Os movimentos sociais europeus, anteriores ao século XX, e principalmente os do século XIX, caracterizam-se por suas ideologias e práticas revolucionárias. A unidade básica destes movimentos era dada no próprio plano da produção. As péssimas condições de vida dentro das fábricas levavam à sua eclosão.

⁵ Beer descreve que “as lutas sociais, que se iniciaram no decorrer da Idade Média, tornam-se cada vez mais violentas. Entre os israelitas, entre os gregos, foram as massas populares que lutaram contra os usuários e os espoliadores. em Roma, foram os plebeus contra os patrícios, os pobres contra os ricos, os escravos contra os senhores. As principais reivindicações são: cancelamento das dívidas e divisão das terras. Iniciam-se grandes reformas sociais: provavelmente no comêço do século VII, em Esparta: em 621, na Judéia; em 594 (Solon), em Atenas; e, em 367 e 133 em Roma. Em Esparta, a luta de classes desaparece por vários séculos. Em Atenas, pelo contrário, atinge incrível violência e agrava-se incessantemente. (sic)”. História do socialismo e das lutas sociais: da antigüidade aos tempos Modernos, pp. 24-25.

⁶ Hofmann, ainda na introdução coloca que “em vivo contraste com a luminosa imagem do homem e da sociedade da Filosofia do Iluminismo, surgiu, para os contemporâneos, a grande necessidade das camadas economicamente ativas (inicialmente ainda em número reduzido)”. [...]. Surgiu um sistema econômico que se baseava na valorização sistemática das condições objetivas e pessoais da produção e que subordinava a valorização da força de trabalho humana à valorização do capital de gêneros: A coação no sentido do pleno aproveitamento de máquinas teve conseqüências a **ampliação do horário de trabalho**, freqüentemente até o limite do suportável, ao passo que a parcela relativamente elevada do trabalho humano nos custos gerais da produção deu origem a que os **salários fossem mantidos em níveis extremamente baixos**. A convicção generalizada que prevalecia era a de que o salário baixo criava operários mais esforçados. Na realidade, entre a insuficiência salarial e a duração da jornada de trabalho, existia uma relação cambiante. [...]. A **conseqüência** do horário de trabalho extremo, e os salários de privação, resultaram, em primeiro lugar, no progressivo depauperamento civilizatório da população economicamente ativa: A coação para a coparticipação (sic) das mulheres no trabalho criou sempre uma nova oferta em mão-de-obra, de efeito depressivo sobre os salários; e o trabalho infantil, amplamente difundido, fez com que fracassassem todos os projetos escolares bem intencionados. A freqüência de acidentes na força de trabalho, amplamente destituída de experiência e especialização, a miséria das moradias em que a população de operários se comprimia, eram de natureza extrema. Uma segunda conseqüência foi a decadência biológica: subnutrição, esgotamento, freqüência de enfermidades, mortalidade infantil e materna muito elevada (segundo registros da época, as camadas economicamente ativas estavam muito mais sujeitas à mortalidade do que as classes mais altas da sociedade), degeneração da força de trabalho infantil, reduzida expectativa de vida. “A isto foi acrescentada a decadência moral como conseqüência da pobreza, da miséria habitacional, do alcoolismo amplamente difundido.” (Grifo nosso e destaque no original). A história do pensamento social dos séculos 19 e 20, pp. 12-14.

Posição também de Mutzenberg (1999, p.139), quando diz:

Movimentos e mobilizações de grupos sociais são encontrados em diferentes épocas, lugares, situações e em distintas sociedades, com maior ou menor significação. Como exemplos podemos nos referir às revoltas de escravos, aos movimentos de mulheres da Idade Média, às guerras camponesas do século XVI, aos conflitos étnicos, aos movimentos religiosos como o franciscanismo, o protestantismo do século XVI. Na história do Brasil, encontramos vários deles, de diferentes características e dimensões, como movimentos emancipacionistas, messiânicos, culturais, políticos... Os dos anos 70 e 80 têm seus predecessores nos movimentos de bairro, de camponeses e operários das décadas anteriores. Ao se falar dos movimentos das últimas duas décadas, os autores procuram distingui-los dos anteriores, denominando-os de “novos movimentos sociais”.⁷

Como vimos, os Movimentos Sociais decorrem das desigualdades de classes ao longo da história e, do avanço do processo urbano-industrial, que no início do século XX, compreendia quase exclusivamente a organização do proletariado industrial, isto é, os sindicatos⁸. Entretanto, Ammann (1991, p.13) destaca que os Movimentos Sociais só recentemente mereceram a atenção dos cientistas sociais⁹. Para estes, o que vem a qualificar um movimento como Movimento Social é o elemento constitutivo: a contestação, o protesto, a insatisfação, o conflito, o antagonismo.

Movimento é aqui entendido no sentido dado por Gohn (1985, p.46):

“Os movimentos se expressam através de um conjunto de práticas sociais nas quais os conflitos, as contradições e os antagonismos existentes na sociedade constituem o móvel básico das ações desenvolvidas.” E continua Gohn (*Ibidem*), “o

⁷ Mutzenberg, Construção de sentido pelos movimentos sociais. In: Fontes (Org.). Movimentos sociais: produção e representação do sentido, pp. 123-156.

⁸ Ammann, Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento, p.13.

⁹ No que se refere à conceituação teórica de movimentos sociais, já existem uma grande quantidade de trabalhos, tanto endógeno como exógeno — ver indicação na nota de rodapé n. 1, p. 14 do livro de Ammann, Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, e também, a nota de rodapé n. 1, p. 9 do livro de Gohn, Novas teorias dos movimentos sociais. Este último livro mais o: Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos, da mesma autora fazem um mapeamento das diferentes correntes teórico-metodológicas, tanto clássicas, como as novas teorias contemporâneas que analisam os movimentos sociais.

movimento social também expressa a consciência possível da classe que representa.”

Ammann (1991, p.17), ainda expõe que:

“todo Movimento Social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras.¹⁰” Seda assim, todo Movimento Social inscreve-se em uma problemática relacional de poder, e, como tal, é preciso compreendê-lo como uma relação de força, de confronto (REFFESTIN, 1993; CASTRO, 2005), de disputa e conflito entre lutas de classes, dominantes e dominados, de relação capital/trabalho, com todas as complexidades e implicações que envolvem estas categorias, hoje.

Esta luta nem sempre é pela direção da produção da sociedade, mas protestam contra formas de direção vigentes ou anunciadas¹¹, e de suas conseqüências para a classe dominada, Andrade (1984, p.18, citado POULANTZAS, 1980, p.141-177) enfatiza que:

“a história e o processo de produção do espaço constituem assim uma interminável luta entre os grupos sociais dominantes entre si, e da classe dominante como um todo, frente às classes dominadas.”

E continua Andrade (*Ibidem*):

O jogo dialético da luta dentre as classes dá origem e se origina, a um só tempo, do sistema de relações de trabalho dominante em face do nível de desenvolvimento, de utilização das forças produtivas. Daí a ligação direta que há entre o tipo de espaço produzido e o modo de produção e/ou a formação econômico-social dominante.

¹⁰ Ammann afirma que “coletividades de caráter promocional não chegam a ser Movimentos Sociais se não têm corte contestatório, grupos de jovens que praticam esporte; clubes de mães que aprendem a costurar; analfabetos que aprendem a ler; obras; assistenciais ou filantrópicas que se ocupam com populações carentes; agricultores que buscam melhorar suas técnicas agrícolas são entidades de promoção, não de protesto.” Estes sem dúvida podem vir a ser um fecundo embrião de Movimentos Sociais, como a realidade brasileira nos tem mostrado Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do parlamento, p. 17.

¹¹ Ammann, *Ibidem*, p. 21.

Sendo assim, o antagonista visível dos Movimentos Sociais pode ser o Estado ou outros representantes diretos da exploração, enquanto responsáveis por relações sociais consideradas indesejáveis.¹² Os representantes dos Movimentos Sociais podem ser “uma classe social, uma etnia, uma região, um religião, um partido político, ou inúmeras outras categorias” (AMMANN, 1991, p.18). Mas Gohn (1985) e Ammann (1991, p.19), nos alerta que “tanto a classe dominante como a classe dominada, com suas respectivas frações, podem constituir-se em sujeitos sociais dos movimentos, insatisfeitas com as relações sociais vigentes ou propostas.” Entretanto, aqui se faz necessário alertar que apesar dos Movimentos Sociais encontra-se regidos por uma lógica de exploração do capital, este produz outras formas de opressão e dominação específicas, entre as quais figura as problemáticas dos índios, homossexuais, étnicos, ecológicos entre outros, que não se reduz em relação capital/trabalho. Esses movimentos específicos têm objetivos particulares, não podendo ser reduzidos as relações de classe como adverte Ammann (1991, p.20)¹³; em outras palavras, apesar de estar no interior do regime capitalista, quando dentro desses movimentos suprimir-se a oposição entre capital/trabalho não se enquadrando como movimentos sociais. Entretanto, as necessidades cotidianas dos moradores pobres e miseráveis do nosso País se inserem nas questões de lutas de classes, apresentando-se como movimentos.

Isto mostra-nos que são as intencionalidades dos processos de contestação que define o que será ou não um Movimento Social, em outras palavras, são os “processos de contestação que objetivam a controversão ou a preservação da ordem estabelecida, a partir das contradições específicas da realidade.” (AMMANN, 1991, p.22).

Para superar as imprecisões e ambigüidades do conceito de Movimentos Sociais básicos que conhecemos Gohn (1985, p.50) elabora um quadro geral, denominado de “Principais Movimentos Sociais”; o qual transcrevemos abaixo:

Quadro Geral

Principais Movimentos Sociais

1) Movimentos Sociais Ligados à Produção:

- Movimento Operário
- Movimento dos Produtores

¹² Ammann, *Ibidem*, p. 21.

¹³ Neste ponto estou de acordo com Ammann, quando diz que existem movimentos “*que não têm caráter de classe*” (1991, p.20). Discordando de Gohn, quando afirma que todo Movimento Social tem caráter de classe (1985, p.45-8).

- Movimento Sindical:
 - Operário
 - Patronal
- 2) Movimentos Sociais Político-Partidários
 - Partidos Institucionalizados
 - Grupos e Facções Políticas Não Institucionalizados
- 3) Movimentos Sociais Religiosos
 - Movimentos de Igreja Católica
 - Movimentos de Igrejas Protestantes e Outras
 - Movimentos Messiânicos
 - Movimentos Religiosos Ligados a Tradições Culturais e Folclóricas
- 4) Movimentos Sociais do Campo
 - Proprietários
 - Trabalhadores Rurais
- 5) Movimentos Sociais de Categorias Específicas
 - Movimento Feminista
 - Movimento Negro
 - Movimento de homossexuais
 - Movimento de Defesa do Índio
 - Movimento de Estudantes e Professores
- 6) Movimentos Sociais a partir de Lutas Gerais
 - Lutas pela Preservação do Meio Ambiente — Movimento Ecológico
 - Lutas pela Democracia (Ex. Movimento pela Anistia e Luta pelas Diretas)
 - Lutas contra inflação e a Política Econômica do Governo (Ex. Movimento contra a Carestia)
 - Lutas de Defesa dos Consumidores
 - Movimentos dos Desempregados
- 7) Movimentos Sociais Urbanos:
 - Populares
 - Movimentos Econômicos, Reivindicatórios de Bens e Equipamentos.
 - Movimentos Sociais Populares Urbanos de Caráter Marcadamente Político
 - Burgueses

- Ações Reivindicatórias de Bens e Equipamentos Urbanos
- Defensores de Privilégios e antiigualitários.

Já Ammann (1991, p.22), enumera seis princípios para conceituar o que seja Movimento Social, que descrevemos a seguir:

- É a contestação o elemento construtivo dos Movimentos Sociais;
- Os Movimentos Sociais contestam determinadas relações sociais, no contexto das relações de produção;
- Os protagonistas podem ser classes sociais, etnias, partidos políticos, regiões etc.;
- Nem todo Movimento Social tem caráter de classe;
- Nem todo movimento Social luta pelo poder;
- O objetivo dos Movimentos Sociais pode ser a transformação ou, contrariamente, a preservação de relações sociais dadas, quando as mesmas se encontram ameaçadas.

Diante do exposto, concordamos com o conceito formulado por Ammann (*Ibidem*): “Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.” Sendo assim, os movimentos sociais em sua maioria lutam por melhorias sociais (de bens, equipamentos e serviços), e não pela tomada do poder (do Estado), como veremos a seguir.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS REIVINDICATÓRIOS OU MOVIMENTOS POPULARES DE BAIRROS?¹⁴

Como vimos acima, as lutas e reivindicações por menores desigualdades e exclusões sociais, ou seja, melhores condições de vida em sentido pleno (de cidadania), não são novas nem exclusivas do Brasil, mas tem acompanhado a humanidade desde que surgiu a divisão social do trabalho (divisão de classe)¹⁵, contudo apresentam particularidades no tempo e no espaço.

¹⁴ Acreditamos não haver problema de ordem conceitual com o título 3, no sentido de tomarmos como sinônimos (aqui ambas as denominações está relacionadas à reprodução da força de trabalho), pois “nos estudos e pesquisas sobre movimentos sociais urbanos temos encontrado inúmeras denominações. Contudo a imprecisão maior não está na diversidade de denominações, mas nos distintos universos de referência.” Como aponta Gohn, *A força na periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*, p. 45.

¹⁵ Ver Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.
Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009

No entanto, os estudos propriamente ditos dos “movimentos sociais reivindicatórios de melhorias urbanas datam de época recente¹⁶.” Segundo Gohn (1982, p.11), “eles se desenvolveram principalmente a partir de uma abordagem derivada de uma leitura estruturalista de Marx. Na Europa, o maior número destas análises tem ocorrido na França, sendo Manuel Castells um de seus principais representantes¹⁷”.

Esse autor foi um dos que mais influenciou na literatura sobre Movimentos Sociais na América Latina. Para ele (CASTELLS, 1983, p.387):

Um movimento social nasce do encontro de uma dada combinação estrutural, que acumula várias contradições, com um certo tipo de organização. Todo movimento social provoca, por parte do sistema, um contra-movimento que nada mais é do que a expressão de uma intervenção do aparelho político (integração-repressão) visando à manutenção da ordem.

E continua Castells (*Ibidem*, p.377), o movimento social urbano é um sistema de práticas resultando da articulação de uma conjuntura do sistema de agentes urbanos e das outras práticas sociais, de forma que seu desenvolvimento tende objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de forças na luta de classes, quer dizer, em última instância, no poder do Estado.

Outro autor a influenciar teoricamente os movimentos sociais urbanos na América Latina foi Alain Touraine. Para ele, “Movimentos Sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (TOURAINÉ, 1973, p.347 *apud* AMMANN, 1991, p.15). Touraine deixa mais clara a definição quando afirma que os Movimentos Sociais “são forças centrais que lutam umas contra as outras para dirigir a produção da sociedade por ela mesma, a ação de classe pela direção da historicidade” (TOURAINÉ, 1978, p.46 *apud* AMMANN, 1991, p.17).

¹⁶ Ver GOHN, Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as Associações de Moradores em São Paulo, p. 11; Idem., A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo, p. 23.

¹⁷ GOHN afirma que “apesar de o conteúdo dos movimentos sociais urbanos europeus e latino-americanos referir-se a uma mesma problemática, o consumo de bens e equipamentos urbanos, é preciso estar alerta para um fato de importância capital, qual seja, de tratar-se de realidades pertencentes a processos históricos distintos. A mera transposição de “modelos” de análise constituiria uma simplificação distorcedora da realidade; as análises dos cientistas europeus, sobre os movimentos sociais urbanos, devem constituir apenas marcos de referência. Torna-se de importância fundamental a diferenciação dos processos que caracterizaram as especificidades históricas das formações sociais latino-americanas, de industrialização tardia.” Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de Moradores em São Paulo, p. 17.

Para nós os movimentos sociais urbanos reivindicatórios, ou seja, os movimentos populares de bairros são organizações da classe destituída de poder, que demandam através das reivindicações¹⁸, por direitos básicos de acesso à participação e cidadania, não se dirigindo à luta pelo domínio (controle) político do Estado. Mas, tendo no Estado não apenas o destinatário de suas reivindicações, mas também um adversário¹⁹ e, às vezes, paradoxalmente, até um aliado²⁰.

3.1. Na América Latina

No caso da América Latina, para ficarmos no mundo subdesenvolvido e no nosso continente, as mudanças ocorridas nos conflitos sociais são decorrentes da “radicalidade com que os grupos financeiros transnacionais submeteram esta região aos seus interesses de lucro causou importantes modificações nas relações de classe destes países, ameaçando a simples sobrevivência de amplos setores das massas assalariadas” (EVERS et al., 1985, p.110), que se agravou, particularmente, a partir do pós-guerra, necessitando de buscar novas formas de luta e resistência cotidiana.

Estas novas formas de luta e resistência se fizeram de diversas maneiras, em um primeiro momento, e predominantemente, “a partir da situação de moradia, muitas vezes nos bairros pobres e improvisados que chegam a servir de **habitat** para milhões de famílias trabalhadoras do continente.” (EVERS et al., 1985, p.111 – Destaque no original). Tais lutas acompanhadas de outras, como: “água, luz e serviços urbanos básicos já não ocorrem de forma isolada, e vão construindo uma rede de intercâmbio de experiências e organização que pode chegar a convertê-las em **movimentos de bairro**.” (*Ibidem* – Destaque no original).

Como decorrência desse processo de conflito Evers et al. (1985, p.115) afirmam: “o fato de que praticamente todos os países latino-americanos surjam movimentos de bairro indica que em sua origem deve haver um problema social de alcance geral. Numa palavra, este problema chama-se: pauperização”.

No segundo momento, decorrentes destas experiências surgiram algumas conjunturas especiais de protesto social, como:

¹⁸ As reivindicações são, aqui, tomadas no sentido de “confronto”, diferenciando-se das petições.

¹⁹ Além do Estado (poder público: União, Estados e Municípios), a organização de bairro necessita, às vezes, dirigir-se também a particulares, adversários privados, entretanto, necessitando na maioria das vezes da mediação do Estado. Ver a esse respeito, Evers et al. (1985), em Movimento de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina, 1985, p.135.

²⁰ Ver Cabral, Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto: o vivido e o instituído, p. 28.

As depredações desesperadas e espontâneas contra os trens suburbanos, devido às condições infra-humanas de transporte (BRASIL, 1974-1976); passando por marchas de protesto, com milhares de participantes durante vários dias, por causa do despedimento maciço de trabalhadores (GUATEMALA, 1977); a mobilização de milhares de habitantes de toda a cidade (MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA, SÃO PAULO, 1978; COMITÊ DE DEFESA DA ZONA ORIENTAL, BOGOTÁ, 1975); até às organizações de longo prazo sob formas quase-partidárias (Tierra y Libertad, México) e inclusive greves nacionais (PERU, 1977 e 1979; COLÔMBIA, 1977). Paralelamente, surgem também novas formas de luta contra a repressão política que acompanha a pauperização econômica, como greves de fome, comitês de defesa dos direitos humanos, a ocupação de igrejas ou de edifícios das Nações Unidas, etc. (EVERS et al., 1985, p.111)²¹.

E continuam os autores (Evert et al., 1985, p.115 — Destaque no original): “a deterioração das condições reprodutivas em muitos países é parte da história atual do desenvolvimento capitalista na América Latina, que tem seu eixo no processo de **industrialização** periférica.”

3.2. No Brasil

No Brasil, as contradições urbanas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo se iniciam após 1930, com uma lógica no processo de acumulação do capital que “cria como precondição, para seu funcionamento e desenvolvimento, a participação controlada das massas populares no processo econômico e político” (RAICHELIS, 1988, p.49). Gerando um novo tipo de sociedade urbana, especialmente nas duas principais metrópoles do país — Rio de Janeiro e São Paulo, baseando-se na superconcentração de atividades produtivas

²¹ A respeito de alguns desses acontecimentos especiais verem: Moisés & Martinez-Alier, A revolta dos suburbanos ou “patrão”, o trem atrasou, p. 13-63; Moisés, Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947, p. 50-64; Valladares, Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro, p. 65-91; Nunes, Inventário dos quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro, 1977-1981, p. 92- 108; Gohn, História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. Para Santos, Movimentos sociais urbanos, “na tradição brasileira raramente os movimentos urbanos usam a força física”, p. 10. Entretanto, no capítulo 5 e 6, ela versa sobre movimentos específicos “violentos” ocorridos, particularmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

e de sua reprodução. Concentrou-se nessas regiões, já que aí se centralizavam os demais fatores indispensáveis para sua ampliação.

Para Moisés (1985, p.16), as “enormes massas de população foram formadas neste contexto, sendo obrigadas a se acomodar ao fenômeno que se poderia chamar de ‘urbanização por extensão de periferias’, fenômeno que adquiriu as feições de um verdadeiro processo ecológico de discriminação social.” E continua ele (*Ibidem*, pp.17-18 — Destaque no original; grifo nosso):

...a formação das principais áreas metropolitanas brasileiras foi acompanhada do surgimento de uma série de contradições sociais e políticas específicas que apareceram na forma das ‘distorções urbanas’ conhecidas, por exemplo, por cidades como São Paulo, Rio, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, entre outras. Desde os anos 40 e, mais intensamente, após a industrialização que se inicia em meados dos anos 50, o aprofundamento da divisão social do trabalho no país provocou a emergência de necessidades sociais e urbanas novas para a sobrevivência da população. Aumentou a demanda por serviços de infra-estrutura (água, esgotos, asfaltamento de ruas, iluminação privada e pública, etc.) e por um sistema de transportes coletivos mais rápido e eficiente, pois a expansão da periferia tornava bem maiores as distâncias entre o local de moradia e o local de trabalho da mão-de-obra. Por outro lado, o novo desenvolvimento criou necessidades (reais ou ilusórias) infinitamente maiores para o sistema educacional, em todos os níveis, pois a modernização econômica impôs expectativas novas à mão-de-obra e, ao mesmo tempo, uma ânsia de valorização (qualificação e especialização) para o conjunto da força de trabalho; de outra parte, ampliou consideravelmente a demanda por serviços de saúde (pronto-socorros, postos de saúde, maternidades, hospitais, etc.), pois a complexificação de vida urbana, com a intensidade e a rapidez de sua concentração, altas taxas de densidade, circulação rápida e veículos, trânsito, etc., e ao ritmo cada vez intenso do trabalho e da vida social, aumentou os acidentes de trabalho e de trânsito, as

doenças nervosas, as epidemias e as enfermidades em geral. Criou uma demanda nova por equipamentos sociais e culturais (creches, maternidades, parques infantis, bibliotecas, centros de recreação, locais de práticas de esportes, áreas verdes), pois não apenas as crescentes levas de migrantes recém-chegados à cidade exigiam atendimento social especial, como as condições urbanas aprofundaram a qualidade das expectativas, provocando a emergência de uma demanda inteiramente nova para o sistema. A incorporação da mulher à força de trabalho criou problemas sempre crescentes, como a necessidade de hospitalização durante a gravidez e a assistência à população infantil durante o horário de trabalho. Além disso, a atomização da vida social e a diluição da vida familiar exigiu o surgimento de novos padrões de sociabilidade da mesma forma que lançou os agentes dessa ‘vida moderna’ a um tal grau de complexificação de sua existência, que seria inevitável a emergência de problemas como as chamadas ‘enfermidades mentais’, a prostituição, a criminalidade do menor, etc.

Continua ainda Moisés (1985, p.18 — Destaque no original):

Viver nas áreas metropolitanas, além de exigir a integração a novos padrões de consumo, que garantissem uma sociabilidade adequada à vida moderna (de que a televisão talvez seja o melhor exemplo), exigia também, da população, o desenvolvimento de uma rápida capacidade de resposta ao *ritmo urbano de vida* — (longas distâncias, tráfego congestionado, mobilidade rápida no trabalho, acidentes, surtos epidêmicos, etc.). E a integração nesse ritmo rápido e violento de vida, indispensável para o funcionamento da metrópole, não podia mais se dar no âmbito das soluções individuais, tomadas por cada família dos componentes da força de trabalho. Ela dependia de soluções globais situadas ao nível das macro-decisões, só passíveis de serem tomadas ao nível do Estado.

É interessante observar do exposto acima, como o processo de industrialização-urbanização não só alterou a vida da população pobre (da classe trabalhadora), com novas necessidades, como também levou a um agravamento do estado de pauperização desta. Além de transferir com uma nova ideologia criada pela classe dominante, segundo a qual cabia agora ao Estado ser o “provedor” de toda a população, isto é, um Estado acima das classes, responsável a atender às necessidades mais prementes da população, e assim, resolver a problemática urbana, que crescia sempre mais. Levando também, a alteração, no transcorrer do tempo, da importância do antagonismo entre proletariado e burguesia nos conflitos sociais induzindo a uma nova contradição, que é o confronto entre as “massas populares” e o “Estado”²².

Este processo de metropolização que vai formando-se nas principais cidades brasileira, só foi possível entre outros fatores, graças aos movimentos migratórios do campo, que apresenta verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população apontada nas taxas de urbanização do país entre 1940 e 2000, melhor dizendo, em 1940, a taxa de urbanização representava 26,35% do total, passou para 36,16% em 1950; alcançando 45,52% em 1960; em 1970 chega 56,80%; em 1980 vai para 68,86% e em 1991 e 2000 atinge 77,13% e 81,25% respectivamente²³.

Estes recém-emigrados do campo se fixam na periferia das principais cidades, em condições muito precárias de vida, estando disponíveis, abaixo preço para investimento do capital, tanto na agricultura (os boias frias), como nas atividades urbanas (indústrias e serviços), como à construção civil; se constituindo em um subproletariado (GOHN, 1982, p.24), que subsiste mediante a venda da força de trabalho diária, sem desfrutar das garantias da legislação trabalhista, constituindo o proletariado urbano. Em outras palavras, os trabalhadores e seus familiares constituem a força de trabalho predominante nos grandes centros urbanos, necessitando que aumente a demanda dos serviços de infraestrutura urbana que necessitam, e ao mesmo tempo, que eleva e acelera as proporções de moradia em condições inadequadas, de forma geral, agrava também, conforme o perfil social, a cidade. Surgindo assim, as favelas e os bairros periféricos, além de novas formas de

²² Ver Moisés, O estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais, p. 18; e Oliveira, Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes, p. 65-76.

²³ Ver Santos, A urbanização brasileira, p. 29; Marinho, Movimentos urbanos de luta pela moradia, p. 162 e Gohn, Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores de São Paulo, p. 24. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009

organização e estrutura de poder que se materializa nos movimentos sociais urbanos reivindicatórios²⁴.

3.3. Na Cidade do Recife - PE

No caso da cidade do Recife, já em 1939, segundo Rezende (2000, p.67), “o Recife recebia um expressivo contingente populacional vindo da zona rural, sonhado em melhorar de vida”. Que para Melo (1977, pp.149-159), decorrem dos “efeitos das debilidades e distorções de natureza estrutural e de ordem sócio-econômica e demográfica de diferentes espaços da hinterlândia nordestina”. Ainda para Melo (*Ibidem*, p.150), “Os fluxos de migrantes dirigidos para o espaço metropolitano do Recife pertencem à última dessas categorias.”²⁵

Decorrente desses fluxos migratórios observa Rezende (2000, p.63), que em “... 1940, a população da cidade era de 348,4 mil pessoas, aumentando para 524,7 mil habitantes em 1950, tendo o município do Recife expandido sua área territorial na década de 50, de 180 km² para 209 km²”.

Esse enorme crescimento populacional do Recife, aliado a grande concentração de renda, e incapacidade de geração de emprego que incorporasse parcela da população ao sistema econômico, transformou o Recife em uma cidade carente de infraestrutura urbana, com a maior parte da sua população mantendo-se à margem do mercado formal de trabalho em atividades informais — ambulantes, biscateiros, artesões etc.; ou, não os encontrados, recorrem a assaltos, a prostituição, a mendicância, e mais recentemente, ao tráfico de drogas etc. — que passou a significar a única possibilidade de sobrevivência para a maioria desses contingentes; levando também, a sensação de insegurança que gera um quadro social desagradável, que, quando não foram morar nos morros, nas margens dos rios e alagados sem acesso à maior parte dos serviços públicos básicos, constituíram bairros pobres ou favelas, lugares “opacos” que surgiram ao lado dos bairros elegantes, “luminosos”²⁶ nos dizeres de Santos.

²⁴ Ver Marinho, Movimentos urbanos de luta pela moradia, p. 162 e Gohn, Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores de São Paulo, p. 24.

²⁵ Sobre as migrações internas no Recife ver Andrade, Migrações internas e o Recife. Já sobre o planejamento do crescimento da aglomeração Recife, decorrente dessas migrações, ver Andrade, Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida.

²⁶ Ver Jaccoud, Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968), p. 53; Andrade, Poder político e produção do espaço, p. 36. Ver também Santos, os pobres na cidade, p. 258, em A natureza do espaço; Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional, p. 49, p. 83.

Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009

Essa situação levou a população a começar a se organizar em Movimentos de Bairro formando Associações de Moradores, Conselhos de Moradores, Grupos de Jovens, de Mulheres, de Saúde, de educação, Cultura, etc. que lutavam para conquistar ou garantir direitos básicos reivindicando melhorias urbanas e equipamentos sociais. Tendo no Estado e seus diversos órgãos, o interlocutor e adversário, que é o responsável pelo atendimento das reivindicações. Entretanto é para a Prefeitura e seus órgãos, que se dirigem a maioria das reivindicações do movimento, já que é ela que se encontram mais perto dos habitantes do município (ETAPAS, 1989). Esses primeiros Movimentos de Bairro surgem no Recife em 1931, quando é registrado em cartório a Liga dos Proprietários da Vila de São Miguel (Afogados), cujo objetivo era Congregar debaixo de uma bandeira, sem distinção de cor, nacionalidade, credo político ou religioso todos os proprietários pobres da Vila São Miguel sendo sócio da Liga todos aqueles que possuírem mocambo, casa ou qualquer imóvel sobre os terrenos aforados à mesma Liga (ETAPAS, 1989, p.12).

Posteriormente vão surgir os “Comitês populares e Democráticos de Bairros”, em 1947; no ano seguinte a “Sociedade Mista Largo do Viveiro de Afogados”; a “Sociedade Mista 30 de Setembro”, na Mustardinha; funda no mesmo período a “Sociedade dos Proprietários do Largo dos Pescadores da Estrada dos Remédios” entre outras. Com objetivos que variam de assegurar aos associados a posse dos terrenos por eles ocupados, como também reivindicar: calçamento, iluminação pública, aterros de alagados, escolas, postos de abastecimentos de gêneros alimentícios, transporte coletivo, condições higiênicas, renda, trabalho formal etc. e melhorias para a localidade. Mesmo faltando registro em cartório por parte da maioria das associações vão reivindicar principalmente por meio de abaixo-assinados, reuniões com secretários e prefeitos e atos públicos (ETAPAS, 1989).

Com a mudança do mapa político do Brasil na nova conjuntura nacional dos anos de 1950/60: construção de Brasília, pavimentações das BRs, implantação das indústrias automobilísticas, naval, petroquímica, etc. aliado ao processo de desnacionalização da economia: com a entrada de empresas estrangeiras e crescente endividamento junto aos bancos internacionais. O País vai apresentar um desenvolvimento com uma relativa democracia. Mas, as mudanças não vieram acompanhadas de melhorias dos serviços essenciais para as classes trabalhadoras; o que ocorreu de fato foi à deterioração dos salários com o acelerado aumento de preços dos produtos e a ocupação desordenada dos

espaços públicos, mediante o esgotamento físico das cidades, ocasionando o crescimento das invasões e favelas (SILVA, 2000; CABRAL, 2004, p.69).

Essa situação provocou uma efervescência política, levando ao surgimento de movimentos sociais reivindicatórios de diversos tipos, no *setor rural* – pelas mobilizações das ligas camponesas, pelos sindicatos rurais, pela ação católica rural etc. –; no *setor urbano* – com as organizações populares, os sindicatos de classes, o movimento estudantil, as Comunidades Eclesiais de Base e a Ação Católica Operária (apoiada pela Ala progressista da Igreja Católica) e alguns Partidos Políticos.

Em Pernambuco, nesse período, “surge como nova força política a ‘Frente do Recife’, comprometida com a organização das camadas populares e uma política de prioridades à questão social.” (ETAPAS, 1989, p.18). Aliada a essa é criada a “Federação dos Bairros do Estado de Pernambuco” — FAPEB, em 15 de julho de 1963, que “deveria apoiar ‘os trabalhadores, estudantes e outras classes do Estado, em toda luta de caráter reivindicatório desde que justa,...’” (ETAPAS, *Ibidem*, p.25)²⁷. Em oposição a essas é criada a “União dos Bairros do Recife” — UBR, fundada a 21 de abril de 1962, que representava as entidades locais chamadas União dos Moradores. Essa não tinha sede e seus estatutos deixam clara a intenção de controlar as organizações instaladas no bairro (*Ibidem*, p.28). Entretanto, para Nunes & Jacobi (1985, p.174), “*o quadro político no período pós-30 se caracterizou pela exclusão das classes populares,*” e citando Weffort (1978, p.68), eles colocam que estas se encontram distanciadas de qualquer possibilidade de participação real, no período posterior, seja durante a ditadura Vargas, seja durante a etapa democrática (1946-1964) – sua participação ocorrerá sempre sob tutela de representantes de alguns dentre os grupos dominantes. Com exceção de algumas situações especiais, em particular nos últimos anos do Governo Goulart, seria difícil dizer que as massas populares, ou algum dos seus setores, tenham conseguido participar do processo político com um mínimo de autonomia.²⁸

Estas efervescências políticas serão contidas pelo novo regime implantado no País a partir de 1964, com seus mecanismos de repressão física — prisão de liderança, torturas

²⁷ A Frente do Recife era constituída pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista do Brasil (PCB), este último formalmente estava na ilegalidade, contava também, com vários membros da União Democrática Nacional (UDN), ETAPAS, O movimento de bairro do Recife e seu relacionamento com a prefeitura entre 1955 e 1989, p. 19. “a criação da FABEP foi estabelecida em assembléia conjunta do Conselho Sindical (CONSINTRA), Conselho de Administração das Ligas Camponesas, União dos estudantes de Pernambuco — UEP, Federação dos Servidores Públicos e Associações de Bairro.” (*Ibidem*, p.25).

²⁸ Ver Raichelis, Legitimidade popular e poder público, p. 49-50.

etc.— e jurídicas — perdas de direitos trabalhistas, fim do direito de greve, da estabilidade no emprego, etc. (CABRAL, 2004, p.69).

Durante o período do golpe militar até a “abertura política” (1964-1978), quando foi implantado um regime autoritário no Brasil foram afastados os políticos e trabalhadores comprometidos com as mudanças e reformas sociais, entrando em cena, nesse momento, os militares trazendo consigo velhos reacionários e novos tecnocratas; implantando um modelo de desenvolvimento que: a) privilegia o capital internacional, b) amplia o endividamento do país, c) investe em grandes obras (avenidas, estradas etc.), d) moderniza a indústria, e, e) prioriza a agricultura de exportação (ETAPAS, 1989, p.33). Para Raichelis (1988, p.41):

O novo regime que se implanta não só dispensa frontalmente as bases populares como desarticula todos os seus canais de representação e participação, reprimindo violentamente qualquer manifestação das massas que possa significar contestação à ordem estabelecida.

A partir de agora as organizações populares passam a serem consideradas como caso de polícia e jamais aceitas como interlocutores ou parceiros. Fechando os canais de comunicação e participação nas decisões políticas (ETAPAS, 1989, p.34).

Com uma política de “modernização do país” que coloca em segundo plano, a população de baixa renda, resultando na triplicação do número de favelas, no aumento descomunal da densidade demográfica nas áreas urbanas, na deterioração do sistema de transporte, no crescimento da especulação imobiliária, no aumento da mortalidade infantil, na redução do acesso à alimentação básica, no crescimento do nível de subnutrição, no colapso da educação, da saúde e demais serviços sociais. Esse modelo de desenvolvimento na prática provoca uma situação de estrangulamento na relação população “versus” bens de consumo coletivo; que a partir de 1973, aliado com o esgotamento do modelo econômico intitulado “milagre brasileiro”, onde o governo não consegue mais controlar e governar a insatisfação de amplos setores da sociedade, levando, a emergir as lutas sócias (movimentos sociais) no cenário político nacional; levando também, no período final da década de 1970 e começo da seguinte (1980), a um grande movimento de construção da democracia no país: a abertura política, com a descentralização (redemocratização) e participação, e com a rearticulação da sociedade civil através dos movimentos sociais

organizados (ETAPAS, 1988, 1989; CABRAL, 2004; GOHN, 2001; ARAÚJO, 1993; LEAL, 2003).

Uma das últimas estratégias do Estado Brasileiro vigente, reflexo do projeto econômico (milagre brasileiro) foi no âmbito da Política Habitacional, com a construção de grandes conjuntos habitacionais, que na sua maioria não se integram às cidades e no campo político, foi se “apropriar”, das plataformas de discurso de base do Movimento de Bairros, quais sejam: participação, conscientização, organização, transformação social, etc. (CABRAL, 2004; BITOUN, 2002; ETAPAS, 1988).

De 1964 até 1985, a Cidade do Recife será administrada pelos prefeitos da ditadura militar, os chamados “Prefeitos Biônicos”, por ser nomeado pelo governador que por sua vez foi nomeado pelos generais. Sendo que no período de 64 a 78²⁹, o projeto é de se moderniza a cidade com execução de grandes obras de construções, consumidoras de cimento, aço e recurso financeiros — viadutos, avenidas etc. —; e expulsão da população de baixa renda das áreas “nobres” para a periferia onde disputam um pedaço de chão com os expulsos do campo, realizando uma administração de cima para baixo, sem a participação do Movimento de bairro.

Já o período de 79 a 85³⁰, os governos (Federal, Estaduais e Municipais) se apoderam de uma nova tática para manter o controle social sem ser a força física-militar, institui mais um projeto nacional cognominado de “Desenvolvimento com Participação”, onde demonstra um “efetivo compromisso” de atendimento as reivindicações, como também “abrem espaço” à participação das camadas populares (ETAPAS, 1988, 1989).

Neste período, a Cidade do Recife será marcada por maior mobilização e resistência dos movimentos sociais contra a política do governo local. Tendo como consequência a criação de cerca de 80% das entidades de bairros existentes até 1986 (CABRAL, 2004; ETAPAS, 1988, 1989; LEAL, 2003).

Nesse momento, decorrente das pressões/reivindicações dos Movimentos de Bairros, a Prefeitura, estimula a criação de entidades formais nos bairros onde não existiam e cria entidades paralelas (“pelegas” — atreladas aos programas da prefeitura e ao projeto político do prefeito) nas áreas onde havia maior organização, com o intuito de possibilitar um maior conhecimento da área e um controle dos possíveis protestos, manifestações,

²⁹ O primeiro prefeito biônico do Recife foi Augusto Lucena, em 1964; seguido de Geraldo Magalhães, em 1969; voltando Augusto Lucena, em 1971; em 1975, Antônio Farias, que governa a cidade até 1978.

³⁰ Os dois últimos biônicos: Gustavo Krause, em 1979, e Joaquim Francisco Cavalcanti, 1983, que governa a cidade até 1985.

passeatas etc. evitando que a pressão urbana (da periferia) ganhe o palco da cidade. São lançados também, Programas nos bairros com finalidade de mobilizar as comunidades para participar na execução de ações de melhorias às mesmas; pois são esses programas os pontos de contado com a prefeitura, sendo esta as primeiras instâncias a captar e receber as pressões e reivindicações da população (ETAPAS, 1988, 1989)³¹.

Com a “Abertura Política”, os Movimentos de Bairro (as organizações populares) deixam de ser vistas pelo estado como caso de polícia, passando a ser reconhecidas, muitas vezes, como interlocutoras ou até parceiras. É criada em 1980, uma Federação Estadual: a “Federação das Associações de Moradores dos Núcleos Habitacionais de COHAB e Similares” — FEMACOHAB, e a “Federação Comunitária de Pernambuco” — FECOPE, em 1983; com a política de cooptação e atrelamento das entidades de bairro, que tem como objetivo dar apoio às associações criadas pelo Estado (pelo instituído). Pelo lado do vivido, fundam-se a “Assembléia dos Bairros”: são criadas a “Reunião dos Conselhos e Associações de Moradores do Setor Sul”, em 1980; em 1982, a “Comissão de Luta do Ibura”; a “Assembléia dos Bairros”, em 1984 entre outras (ETAPAS, 1989); “todos nascido da necessidade de conquistar e garantir condições básicas de vida e requerer espaços de participação, na discussão e decisão das políticas sociais” (ARAÚJO et al., 1993, p.25).

Com a Nova República, o País vive a maior mobilização popular de toda sua história — as Diretas Já —, acompanhada da eleição para presidente da república pelo colégio eleitoral. Por outro lado, ocorre a frustração e derrota da participação popular por não escolher seu presidente, mas a esperança é mantida. É quando em 1985, se vota em prefeito das capitais, e a classe dominante consegue mais uma vez impor o seu modelo econômico; levando a Nova República ter o apoio popular, precisamente até as eleições para governadores e constituintes, em 1986; quando as esperanças passaram ceder lugar a decepção, ao descrédito no governo, nos partidos e nos políticos (ETAPAS, 1989).

³¹ Na administração de Gustavo Krause, os programas foram “Levante a Mão e Defenda o seu Bairro”, “Um por Todos”, criação dos barracões e outras iniciativas que visavam cooptar os movimentos organizados. “A prefeitura chegava nas áreas com projetos prontos para serem executados, sem a participação popular na sua elaboração, mas exigindo o trabalho gratuito dos moradores em obras de pavimentação, muros de arrimo, escadarias, etc.” p. 54. Já a administração de Joaquim Francisco, volta-se às “questões urbanísticas da cidade como um todo, não privilegiando com programas específicos os bairros populares. O atendimento às reivindicações dos Conselhos e Associações de Moradores se faz de forma esporádica, a partir das pressões da população. Não se detecta nenhuma estratégia política específica de conquistar ou regimentar, para o jogo político, o Movimento de Bairro”. p. 52. ETAPAS, O Movimento de bairro do Recife e seu relacionamento coma Prefeitura entre 1955e 1989.

No Recife, ganha as eleições a “Frente Popular do Recife”, com Jarbas Vasconcelos³², que teve o apoio de grande parte do PMDB, setores de esquerdas e lideranças populares. Retomando o processo político interrompido pelo golpe militar, e abrindo espaços para a participação e representação dos movimentos populares na administração municipal (ETAPAS, 1989; LEAL, 2003). É quando o Movimento de Bairro prossegue com a articulação, e:

— Em setembro de 1987 é realizado o Congresso que, com maciça participação de delegados dos bairros, cria a **FEMEB — Federação de Bairros da Região Metropolitana do Recife** e elege a sua primeira diretoria.

— Também em 1987 nasce mais uma articulação setorial: o **Conselho Popular do Setor Caxangá**, formado por 22 entidades, que escolhe como prioridade educação, saúde e saneamento.

— Representantes das organizações populares passam a participar nos fóruns institucionalizados pela Prefeitura como **Fórum do PREZEIS, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal dos Direitos Humanos, comissão Geral do Projeto Recife**, etc.

— Em junho de 1988, o **MDF — Movimento de Defesa dos Favelados**, realiza o 1º Congresso Estadual dos Favelados, onde é aprovado o estatuto do **MDF de Pernambuco**.

— Em agosto de 1988, o **MDF, a FEMEB, a Comissão de Lutas do Ibura**, organizam uma caravana para Brasília para protestar contra o corte de verbas para os programas de habitação (ETAPAS, 1989, p.73 — Destaque no original).

Em 1986 é reconduzido ao Governo do Estado, com o apoio das forças progressistas e dos movimentos populares do Estado Miguel Arraes, que teve seu mandato cassado pelo golpe militar em 1964. Já as eleições para prefeito em 1988, são vencidas pela primeira vez após a abertura política, pela direita, através do voto popular. Retornando o ex-prefeito biônico Joaquim Francisco, que fez a desmontagem da filosofia e dos programas da

³² Contou com o apoio de Pelópidas e Arraes. Sobre a administração de Jarbas ver Leal, Fetiche da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil; Fernandes, Gestão municipal e participação social no Brasil: a trajetória de Recife e Salvador (1986 – 2000); Soares & Soler Lostao, Poder local e participação popular; ETAPAS, O movimento de bairro do Recife e seu relacionamento entre 1955 e 1989.

administração anterior (ETAPAS, 1989). Apesar da curta duração no comando (janeiro de 1989 a abril de 1990) da prefeitura abandona o processo de participação popular na gestão, modelo seguido pela administração de seu sucessor Gilberto Marques Paulo, como aponta ETAPAS (1989, p. 87):

A segunda passagem de Joaquim Francisco pela Prefeitura primou pelo desprezo aos mecanismos de participação popular no cotidiano da administração municipal que foram conquistados na gestão anterior. As entidades populares combativas tiveram negadas o seu papel de representantes legítimos do Movimento de Bairros.

A década de 1990 inicia-se retornando à administração municipal, o ex-prefeito Jarbas Vasconcelos, que apesar de adotar uma mudança na aliança política, aproximando-se (da direita) do Partido da Frente Liberal — PFL; vai dá continuidade às propostas de democratização da gestão iniciada na sua primeira passagem no executivo municipal, mas incorporando novos instrumentos de ação. Entretanto, essas inovações, na prática, vieram ocorrer em detrimento dos grupos menos hegemônicos (SILVA & TEIXEIRA, 2007; CABRAL, 2004; FERNANDES, 2004; LEAL, 2003). Ainda para Leal (2003, p. 189 — Destaque no original), “os setores populares passaram a ter uma influência restrita na agenda municipal, sendo seu principal canal de influência o ‘Programa Prefeitura nos Bairros/Orçamento Participativo’, através do qual foi possibilitada a sua participação.”

De 1997 até hoje vão passar ainda na gestão municipal, Roberto Magalhães, da Frente Liberal — PFL, mantendo o compromisso de manutenção de todas as políticas desenvolvidas na gestão anterior. Seguido de João Paulo [2001 – 2008] do Partido dos Trabalhadores — PT, que se reelegerá e também fará seu sucessor: João da Costa, que apesar de ter como carro chefe o Orçamento Participativo, esse terá “novos formatos metodológicos de interação com o planejamento urbano e sua gestão” (SILVA & TEIXEIRA, 2007, p.129).

Com os avanços das novas tecnologias, particularmente, a partir dos anos de 1990, alteram-se por um lado os processos produtivos propiciando maior acumulação de capital, por outro lado, a economia informal amplia-se, os sindicatos perdem poder e o desemprego aumenta tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos; o trabalho especializado perde espaço frente ao multiespecializado entre outras transformações (CABRAL, 2004). Levando os movimentos sociais, particularmente os movimentos

populares urbanos — movimentos demandatários de bens, equipamentos e serviços para suprir carências materiais básicas — a uma crise, não apenas de mobilização, mas de estruturação, objetivos e capacidade de intervir na esfera política (GOHN, 2002, p.322). Essa “Nova Divisão Internacional do trabalho” é chamada por Cabral (2004) de “neocapitalismo”, passa a ser chamado de “era da globalização” por Gohn (2002), ou “globalitarismo” para Santos (2000a). Ainda para Santos (2000a, p.54):

Em tais condições, instalam-se a competitividade, o salve-se-quem-poder, a volta ao canibalismo, a supressão da solidariedade, acumulando dificuldades para um convívio social saudável e para o exercício da democracia. Enquanto esta é reduzida a uma democracia de mercado e amesquinhada como eleitoralismo,...

Na atualidade, muitos dos denominados novíssimos movimentos — ações civis, ações coletivas etc. —, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social, ou seja, tiveram de alterar sua forma de mobilização e atuação, agindo por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizando-se das novas tecnologias, como por exemplo, a internet, etc. (GOHN, 2007; 2008)³³.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciaremos essas considerações finais alertando o fato de que os pontos abordados não esgotam toda a temática, como nos diz o próprio subtítulo deste artigo. Mas podemos perceber porque e como se constituíram os movimentos sociais, particularmente, os de caráter reivindicatório urbano.

Como vimos, apesar da denominação de Movimentos Sociais ser bastante recente, datar do século XIX, as causas que levaram ao surgimento são bastante antigas, decorrem das desigualdades de classes ao longo do tempo e espaço, e, que se agrava com o processo de industrialização-urbanização, na formação econômico-social dominante (vigente). Esses movimentos representam uma “classe social” (ainda que nem sempre tenham consciência disso), uma etnia etc., mas aqui, refere-se aos destituídos de poder, que em sua maioria

³³ Sobre os movimentos sociais na atualidade ver: Gohn, Novas teorias dos movimentos sociais, ____ (Org.). Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais, _____. Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização; Santos, Movimentos sociais urbanos; Souza & Rodrigues, Planejamento urbano e ativismos sociais; Amaral Jr. & Burity (Orgs.), Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social.

Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009

lutam por melhorias sociais (de bens, equipamentos e serviços) no espaço urbano, e não pela tomada do poder (do Estado), como visto.

Esses movimentos sociais urbanos apesar de terem surgido na Europa, e refere-se a uma mesma problemática, o consumo de bens, equipamentos e serviços urbanos tratar-se de realidades pertencentes a processos históricos distintos, isso é importante porque na America Latina deriva da penetração capitalista européia, particularmente o processo de industrialização, que buscava na periferia um espaço para ampliação de sua acumulação.

No Brasil, o processo de industrialização-urbanização, além de alterar a vida da população pobre, com novas necessidades, também levou a um agravamento do estado de pauperização da mesma. Caberia agora ao Estado a responsabilidade de ser o provedor de todas as necessidades prementes para essa população e resolver os problemas urbanos, que cresciam. Situação essa, também, comum à cidade do Recife. É essa situação que levou a população a começar a se organizar em Movimentos sociais de diversos tipos que lutavam para conquistar ou garantir direitos básicos.

Com os anos 90, alteram-se os processos produtivos decorrentes de novos avanços nas tecnologias. Os movimentos sociais, particularmente os movimentos populares urbanos entram em crise, levando a surgir na atualidade, os denominados “novíssimos movimentos sociais”, não abordados por nós.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL JR, A.; BURITY, J. de A. (Orgs.). 2006. **Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. 1ª Ed. São Paulo: Annablume.

AMMANN, S.B. 1991. **Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo: Cortez.

ANDRADE, G.O. de. 1979. **Migrações internas e o Recife**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

ANDRADE, M.C. de. 1984. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Ed. Massangana.

_____. 1979. **Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida.** Recife: UFPE, Ed. Universitária.

ARAÚJO, M. do S.S. de S.; CUNHA, M.M.L. da; MUSSER, R. dos S. 1993. Chão de Estrelas: o brilho das histórias de luta de um povo - uma experiência da organização comunitária na região metropolitana do Recife. **Monografia** (Especialização em Associativismo) UFRPE: Universidade de Sherbrook–Irecus–Canadá, Recife.

BAUMAN, Z. 2001. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. 2003. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. 2009. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BEER, M. **História do socialismo e das lutas sociais: Da Antigüidade aos tempos Modernos.** Porto Luanda. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, s/d.

BITOUN, J. 2002. Gestão Pública Municipal e seus instrumentos. In: SILVA, E.B. da; SOUZA, L. de M.M. (Orgs.). **Orçamento Participativo em Recife: gestão do planejamento, exercício de cidadania.** Recife: FASE Pernambuco, agosto/2002, pp. 7-19. (Série Cadernos FASE: Aprendendo com o exercício de cidadania, n. 1).

CABRAL, A.A.C. 2004. Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto: O vivido e o instituído. **Dissertação** de Mestrado em Geografia-UFPE: Recife.

CASTELLS, M. 1983. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTRO, I.E. de. 2005. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

ENGELS, F. 1986. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 3.ed. São Paulo: Globo.

ETAPAS – EQUIPE TÉCNICA DE ASSESSORIA, PESQUISA E AÇÃO SOCIAL. 1989. **Movimento de bairro do Recife e seu relacionamento com a Prefeitura entre 1955 e 1989**. Recife: ETAPAS, v. I.

_____. 1988. **Movimento de bairro: repetição/invenção**. Recife: ETAPAS.

EVERS, T.; MULLER-PLANTENBERG, C.; SPESSART, S. 1985. Movimentos de Bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, J.A. (Org.). **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 110-164. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5.

FERNANDES, A.S.A. 2004. **Gestão municipal e participação social no Brasil: a trajetória de Recife e Salvador (1986 – 2000)**. São Paulo: Annablume: Fapesp.

GOHN, M. da G. 2001. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 2ª Ed. São Paulo: edições Loyola.

_____. 2002. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3ª Ed. São Paulo: Edições Loyola.

_____. 2003. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez.

_____ (Orgs.). 2007. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. 2008. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola.

_____. 1982. **Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo**. São Paulo: Autores Associados: Cortez.

_____. 1985. **A força da periferia: A luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

HOFMANN, W. 1984. **A história do pensamento do movimento social dos séculos 19 e 20**. R. J. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

JACCOUD, L. de B. 1990. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana.

LEAL, S.M.R. 2003. **Fetice da Participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco.

MELO, M.L. de. 1977. **Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife**. Recife: UFPE: CFCH: DCG.

MAFFESOLI, M. 2001. **A conquista do presente: por uma sociologia da vida cotidiana**. Natal (RN): Argos.

_____. 2004. **Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo**. Rio de Janeiro: Atlântica Ed.

MARINHO, G. Movimentos urbanos de luta pela moradia. In: ROMANO, J.O.; ATHIAS, R.; ANTUNES, M. (Orgs.). 2007. **Olhar crítico sobre participação e cidadania: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil**. 1^a Ed. São Paulo: Expressão Popular, pp. 161-185. Coleção Olhar crítico; v. 2.

MELUCCI, A. 2001. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes.

MOISÉS, J.A.; MARTINEZ-ALIER, V. 1977. A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. In: MOISÉS, J.A. (Org.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, pp. 13-63. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 1.

_____. 1985. Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947. In: MOSÉS, J.A. (Org.). **Cidade, povo e poder**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 50-64. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5.

_____. 1985. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOSÉS, J.A. (Org.). **Cidade, povo e poder**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 14-29. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5.

MUTZENBERG, R. 1999. Construção de sentido pelos movimentos sociais. In: FONTES, B.A.S.M. (Org.). **Movimentos sociais: motivação, representação e produção de sentido**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, pp. 123-156.

NUNES, E. 1985. Inventário dos quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro, 1977-1981. In: MOSÉS, J.A. (Org.). **Cidade, povo e poder**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 92-108. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5.

NUNES, E.; JACOBI, P. 1985. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOSÉS, J.A. (Org.). **Cidade, povo e poder**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 165-199. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5.

OLIVEIRA, F. de. 1977. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J.A. (Org.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, pp. 65-76. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 1.

RAFFESTIN, C. 1993. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática.

RAICHELIS, R. 1988. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Cortez.

RESENDE, A.P. 2000. O Recife: História de uma cidade. Recife. **Jornal do Commercio**, Encarte, v. 8-9.

SANTOS, M. 1993. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC.

_____. 1997. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e Emoção**. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC.

_____. 2000a. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, R.B. dos. 2008. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP.

SILVA, E.B. da; TEIXEIRA, A.C.C. 2007. A experiência do orçamento participativo do Recife. In: ROMANO, J.O.; ANDRADE, M. de P.; ANTUNES, M. (Orgs.). **Olhar crítico sobre participação e cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: Action Aid Brasil, pp. 121-199. Coleção Olhar crítico, v. 1.

SILVA, T. 2000. Do discurso à prática: associativismo e participação popular – um estudo de caso da Comunidade de Chão de Estrelas – Recife/PE. **Dissertação** de Mestrado, MDU — UFPE: Recife.

SOARES, J.A.; SOLER LOSTÃO, S. 1992. **Poder local e participação popular**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.

SOUZA, M.L. de; RODRIGUES, G.B. 2004. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP.

VALLADARES, L. do P. 1985. Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro. In: MOISÉS, J.A. (Org.). **Cidade, povo e poder**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 65-91. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5.